

© Direitos autorais, 2011, de André Kaysel Velasco Cruz.
Direitos de publicação da
Hucitec Editora
Rua Gulnar, 23 – 05796-050 São Paulo, Brasil
Telefone (55 11 5093-0856)
www.huciteceditora.com.br
lerereler@huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Coordenação editorial
MARIANA NADA
Assessoria editorial
MARIANGELA GIANNELLA

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

K32d
Kaysel, André

Dois encontros entre o marxismo e a América Latina / André Kaysel.
– São Paulo : Hucitec : Anpocs : Fapesp, 2012.
289p. : 21 cm. (Pensamento político-social ; 9)

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-64806-33-7

1. Socialismo – América Latina. 2. Comunismo – América Latina. 3. América Latina – Política e governo. 4. Ciência política. 5. Filosofia marxista. I. Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Políticas e Sociais (Brasil) II. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. III. Título. IV. Série.

12-6761

CDD 320.532090
CDU 321.74

*à memória de Gildo Marçal Brandão,
quem — tanto na condição de mestre,
quanto na de militante comunista —
fez parte desta história.*

Capítulo 1

Marxismo e questão nacional na América Latina

No início da Introdução, afirmei que a presente pesquisa procurava comparar o tema da questão nacional nas obras dos marxistas Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. Bem, afirmá-lo implica supor que, de um lado, a forma pela qual ambos tratam a questão nacional os aproxima de algum modo e, de outro, que os singulariza dentro de um determinado universo (no caso, o do marxismo latino-americano). Para demonstrá-lo é necessário retomar a maneira pela qual o tema se colocou no pensamento político de orientação marxista que se desenvolveu na América Latina. Isso implica também resgatar o modo pelo qual a questão nacional foi abordada na tradição marxista em geral.

1.1 Questão nacional e marxismo

Antes de qualquer coisa faz-se necessário esclarecer algumas confusões terminológicas, ou seja, é preciso diferenciar termos como “*questão nacional*” e *nacionalismo*. O primeiro, cunhado, segundo Hobsbawm, no interior do marxismo da II.^a Internacional, designa os diversos conflitos que emergiram em torno das identidades nacionais e reivindicações nacionalistas (em especial na Europa Centro-Oriental).¹ Já o *nacionalismo* é a família de ideologias heterogêneas que se centram na reivindicação da pertença a uma determinada nação.

¹ Eric J. Hobsbawm. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Introdução.

Assim, retorna-se à controvérsia, volumosa na literatura de finais do século XX, do que seja uma nação. Como lembra Benedict Anderson, em que pese a importância crucial e inequívoca do nacionalismo nos últimos dois séculos, é flagrante a dificuldade de encontrar definições amplamente aceitas ou consensos mínimos em relação a esse fenômeno ou em relação ao próprio conceito de nação.² A literatura mais rigorosa e aprofundada sobre o tema tem se acumulado apenas após o segundo Pós-Guerra, em especial, a partir dos anos 70.

Embora este não seja o tema deste estudo, é possível delimitar, seguindo a sugestão de Anthony Smith, dois campos alternativos de significados da nação, os quais balizariam tanto os estudos acadêmicos sobre o assunto quanto as próprias ideologias nacionalistas.³ No primeiro, a nação seria demarcada por diferenças étnico-culturais (às vezes, mesmo biológico-raciais), sendo essas características “herdadas” por um povo de tempos pré-modernos ou até “imemorais”. Essa vertente tem origem no romantismo alemão de fins do século XVIII e início do XIX e nos conceitos de *Volk* e *Kultur*. Essa forma de conceituação talvez tenha sido a mais popular entre os nacionalismos mais militantes.⁴

A associação dessa conceituação, em fins do século XIX, com as teorias do “racismo científico” e com os nacionalismos agressivos de direita — os quais deram em fenômenos como o nazifascismo — tornaram-na bastante impopular entre intelectuais ocidentais, tanto de orientação liberal, quanto socialista. Todavia, no final do século XX surge, no campo acadêmico especializado, vertentes de estudiosos, como o próprio Smith, que procuram resgatar as “raízes” étnicas pré-modernas das nações.

Em oposição a esse “paradigma perenialista” pode-se apontar outro que Smith denominou “paradigma modernista”. No plano das ideologias nacionalistas, o paradigma “modernista” pode ser encontrado em uma concepção de nação associada, de um lado, à Revolução Francesa e, de outro, às independências das colônias nas Américas. Trata-se de entender a nação

² Benedict Anderson. Introdução. In: Gopal Balakrishnam (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 10.

³ Anthony Smith. *Nationalism and Modernism*. Londres: Routledge, 1998, pp. 8-9.

⁴ Ibidem, pp. 9-12.

como o conjunto de cidadãos iguais e unidos por um determinado pacto constitucional. Assim, a pertença à nação não se daria por laços de “sangue” ou “cultura”, mas pela aceitação cotidiana e reiterada de determinadas convenções, leis e instituições, como na famosa definição de Renan: “Uma Nação é, pois, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizemos e daqueles que ainda estamos dispostos a fazer. [. . .] Ela se resume, no presente, portanto, a um fato tangível: o consentimento, claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é [. . .] um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é a afirmação perpétua da vida”.⁵

Já no âmbito dos estudos especializados, entre os quais este tem sido o paradigma dominante, as nações seriam fenômenos fundamentalmente novos na história, tributárias do advento da consolidação, tanto do capitalismo industrial quanto do Estado moderno (não por acaso denominado “Estado-nacional”). Assim, o surgimento de “comunidades nacionais” seria a forma dominante de organização política da modernidade, sendo assim algo mutável e transitório.⁶

Entre as fontes teóricas heterogêneas que originam o que denomina como “paradigma modernista”, Smith inclui o pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels.⁷ Não que os pais do materialismo histórico tenham dado algum conceito acabado de nação, o que, como dito na introdução, nunca fizeram. Todavia, procuraram entender o advento de nações como um desdobramento do desenvolvimento do capitalismo e da consolidação da burguesia como classe dominante, moldando o Estado e a sociedade a sua semelhança.⁸

Entretanto essa visão macro-histórica não é suficiente para dar conta da variedade de comunidades nacionais e movimentos nacionalistas que surgiram desde finais do século XVIII. Possivelmente os pressupostos da

⁵ Ernest Renan. Qu'est-ce qu'une nation. In: Idem. *Qu'est-ce qu'une nation et autres essais*. Paris: Presses Pocket, 1992, pp. 54-5.

⁶ Anthony Smith. *Nationalism and Modernism*, cit., pp. 12-6.

⁷ Ibidem.

⁸ Já existe ampla bibliografia sobre a questão nacional no pensamento marxista. Para alguns exemplos, cf. René Galissot. O movimento operário frente à nação e ao nacionalismo. In: Eric J. Hobsbawm (org.). *História do marxismo*, cit., vol. IV; Michael Löwy & Gerard Haupt. *Los marxistas y la cuestión nacional*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1974 e Leopoldo Mármora. *El concepto socialista de nación*. México: Pasado y Presente, 1986.

determinação da superestrutura pela infraestrutura e do caráter internacionalista da futura revolução socialista tenham impedido Marx e Engels de dedicar um interesse mais sistemático ao problema. Como se sabe, o tema só preocupava os dois revolucionários alemães quando estivesse relacionado ao sucesso (ou fracasso) da revolução proletária. Os nacionalismos poderiam ter uma contribuição progressista se, de um lado, minassem antigos regimes feudais e dessem origem a Estados burgueses (caso do polonês e do húngaro em 1848) ou, de outro, se representassem abalos no capitalismo mais desenvolvido que contribuíssem para a causa do proletariado (caso da Irlanda).

Já os nacionalismos tidos como “reacionários” eram os de pequenos povos agrários os quais, contra o advento do capitalismo e da sociedade burguesa, se aliavam aos impérios absolutistas (caso dos tchecos e eslavos do sul, que, em 1848, estiveram ao lado da Rússia contra poloneses, húngaros e alemães). Essa distinção foi formulada por Engels com o conceito hegeliano de “povos com ou sem história”.⁹ Por trás dessa valorização positiva ou negativa de determinadas reivindicações nacionalistas, estava a leitura do desenvolvimento capitalista como uma tendência homogenizadora e progressista, como consagrado nas primeiras páginas do *Manifesto comunista*:

A burguesia [. . .] arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baixos de suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China, com que força a capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros ao estrangeiro. Compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia; se não quiserem arruinar-se, compele-as a introduzirem no seu seio a civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Numa palavra, ela cria um mundo à sua própria imagem.¹⁰

⁹ René Galissot. O movimento operário frente à nação e ao nacionalismo, cit. O conceito de povos sem história, o qual Engels retira de Hegel, designa determinados povos que por seu atraso e pequenas dimensões seriam incapazes de participar do progresso histórico. Daí Engels enxergar um reacionarismo intrínseco aos movimentos nacionalistas de povos agrários como os tchecos ou eslavos do sul, que a seu ver funcionavam como instrumentos do czarismo contra os nacionalismos burgueses como os dos alemães, húngaros e poloneses.

¹⁰ Karl Marx & Friedrich Engels. *O manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Avante!, 1997. Disponível em: <www.marxists.org/português/marx/engels>.

Ao longo de seus estudos que desembocaram em *O capital*, Marx teria, segundo alguns autores, complexificado sua compreensão do desenvolvimento capitalista. Se o capitalismo homogeneizava a produção e os modos de vida, o processo contraditório desse modo de produção também geraria novas diferenças e desequilíbrios entre as sociedades humanas.¹¹ Desse modo, Marx passou a considerar que haveria diversas possibilidades de passagem de formações econômicas pré-capitalistas para o capitalismo e deste para o socialismo. Daí seu profundo interesse, nos anos 1870, nas estruturas agrárias russas e sua dúvida diante da pergunta, feita em carta da militante populista Vera Zasulich, se a *obstchina* (comuna camponesa russa) poderia ser o embrião de uma economia socialista na Rússia.

Tal leitura mais matizada da dinâmica das relações capitalistas poderia conduzir a avaliações melhores do fenômeno das nações e do nacionalismo. No entanto, as reflexões de Marx e Engels sobre o assunto permaneceram no nível conjuntural. A elaboração mais sistemática sobre o assunto ficaria para a geração da II.^a Internacional.

Além das crescentes tensões nacionais no interior dos impérios multiétnicos da Europa Central e Oriental (Austro-Húngaro e Russo), a nova geração tinha de lidar com a onda de expansionismo das potências capitalistas na África e na Ásia (consolidada na partilha de colônias efetuada no Congresso de Berlim, em 1883).¹² Foi a partir dessa nova situação que os teóricos da II.^a Internacional cunharam as expressões *questão nacional* e *questão colonial*, além de um novo conceito, o de imperialismo, caracterizado como o expansionismo econômico e político calcado na exportação de capitais necessária à acumulação dominada pelo capital financeiro.

Outro fator novo que iria impactar o debate marxista em relação à questão nacional seria a crescente integração dos partidos socialistas de massas aos sistemas políticos de seus Estados. O resultado irônico desse processo seria a decisão, em 1914, da maioria dos social-democratas alemães de votarem a favor da entrada da Alemanha na guerra. Assim, o processo de acomodação dos partidos operários aos regimes parlamentares

¹¹ René Galissot. O movimento operário frente à nação e ao nacionalismo, cit.

¹² Ibidem.

de então favoreceu sua assimilação dos nacionalismos oficiais, bem como das políticas coloniais de seus Estados.

Tendo de responder a uma nova situação histórica, e, valendo-se de uma nova terminologia e um novo aparato conceitual, foram empreendidas diversas análises, sendo as mais consistentes e influentes as de Otto Bauer e Vladimir Lênin.

Bauer, austro-marxista preocupado com o destino do Império Habsburgo — o qual era cada vez mais minado pelos nacionalismos de seus diversos povos — foi quem primeiro tentou, no âmbito marxista, uma teoria abrangente da nação. Em primeiro lugar, tentou superar a ideia de que as nações seriam simplesmente produto do capitalismo destinadas a desaparecer com seu fim. Para tanto, conceituou a nação como sendo “uma comunidade de destino”, isto é, como sendo baseadas em uma herança cultural compartilhada. O desenvolvimento do capitalismo, com a difusão da alfabetização e dos meios de comunicação aprofundaria essa diferenciação cultural, estimulando o surgimento e a proliferação das nações. Como solução para os conflitos nacionais, o autor defendia uma política de “autonomia cultural”. Desse modo, mantendo a unidade territorial do Estado, se garantiria às nacionalidades o direito de se organizarem autonomamente sem uma base territorial única e fixa.

Lênin, por sua vez, considerou a teorização de Bauer idealista e reformista. Para ele, a questão nacional resolver-se-ia, no plano político, pelo direito à autodeterminação: ou seja, pelo direito de as populações decidirem de sua secessão ou incorporação a um Estado. O conceito de autodeterminação inscrevia-se na estratégia de Lênin de transformar a revolução democrático-burguesa da Rússia em revolução socialista. Ao dar o direito de separação às nacionalidades oprimidas pelo czarismo, o partido revolucionário poderia ganhar o proletariado desses povos para a revolução.¹³ Quando a Primeira Guerra criou, em sua visão, as condições para uma Revolução Mundial, Lênin sustentou que a autodeterminação seria uma política a ser aplicada às colônias e dependências das potências imperialistas.

¹³ Para uma visão positiva do conceito leninista de “autodeterminação” como solução política para a questão nacional, cf. Michael Löwy & Gerard Haupt. *Los marxistas y la cuestión nacional*, cit. Já para uma visão crítica que ressalta o instrumentalismo desse conceito, cf. Leopoldo Mármora. *El concepto socialista de nación*, cit.

Isso é da maior importância para que se entenda o porquê de, após a derrota da Revolução na Europa Central, a recém-fundada Internacional Comunista ter voltado as atenções ao mundo colonial, em particular à China, onde o anti-imperialismo poderia aproximar os movimentos nacionalistas dos comunistas. Como se verá no decorrer do livro, a estratégia para o conjunto do mundo colonial e semicolonial será elaborada, ao longo dos anos 20, tendo como modelo a experiência revolucionária chinesa, o que terá importantes consequências para a América Latina.

Lênin, todavia, não procurou fazer uma teorização sistemática sobre a questão nacional. Essa incumbência ele delegou a Josef Stálin, o qual será, após a Revolução Russa, nomeado comissário do povo para as nacionalidades. Um trecho de um artigo de Stálin sobre a questão nacional, escrito ainda em 1904, deixa bem claro o caráter instrumental da visão que este tinha dessa problemática:

[. . .] Desse modo, o partido demonstrou claramente que, em si mesmos, os chamados “interesses nacionais” e as “reivindicações nacionais” não têm um valor particular, que esses interesses e essas reivindicações só interessam na medida em que façam avançar a consciência de classe do proletariado, seu desenvolvimento de classe.¹⁴

Com a consolidação do poder de Stálin na URSS e na III.^a Internacional, sua teorização se tornará o cânone do movimento comunista sobre o assunto. Acabará, além do mais, legitimando a subordinação do internacionalismo que, inegavelmente, pautou a atuação dos PCs durante a existência do *Comintern*¹⁵ aos interesses nacionais da política externa da URSS. Tal subordinação irá criar dificuldades para que os partidos comunistas conciliem sua vinculação a um movimento internacional com o desenvolvimento de uma política adequada às peculiaridades de suas realidades locais.

¹⁴ Josef V. Stálin. Como a social-democracia considera a questão nacional?. In: Idem. *Obras*, vol. 1. Rio de Janeiro: Vitória, 1954. Retirado de <www.marxists.org/português/biblioteca/stálin>.

¹⁵ Comintern é a sigla para Internacional Comunista em russo. Acabou se tornando uma denominação de uso corrente para se referir à IC.

Ao se observar a trajetória da questão nacional no marxismo clássico percebe-se que seus principais modelos estiveram nos movimentos nacionalistas dos impérios da Europa Central e Oriental: poloneses, tchecos, húngaros, eslavos do sul, etc.¹⁶ Outro exemplo importante foi o do movimento nacionalista irlandês, dado o fato de que este se chocava contra a principal potência do capitalismo da época.

Após a Revolução de Outubro, o problema da expansão imperialista e da crescente agitação anticolonial na Ásia, África e Oriente Médio, acabou fornecendo aos comunistas novos modelos, em particular, como acima mencionado, o da Revolução Chinesa, antifeudal e anti-imperialista, na qual os comunistas atuavam (até a ruptura de 1927) em aliança com a burguesia nacional, reunida em torno do Partido Nacionalista Chinês, o *Kuomintang*.¹⁷ Embora a China não fosse formalmente uma colônia, a questão nacional continuou sendo entendida, no fundamental, como o problema de nações — isto é, unidades étnicas ou culturais — que lutavam contra a dominação estrangeira para constituir seus próprios Estados independentes (condição fundamental de uma revolução burguesa e da ulterior luta do proletariado pelo socialismo). O que dizer, então, de países como os da América Latina, nos quais a independência fora conquistada — na grande maioria dos casos — no primeiro terço do século XIX? Qual seria o enquadramento adequado do problema nesses casos?

1.2. A construção da nação e as “vias” para o capitalismo

As dificuldades encontradas para responder a tais perguntas ajudam a esclarecer os impasses do marxismo na América Latina e aquilo que justifica a comparação entre os autores aqui analisados. Contudo, antes de passar à análise dos problemas enfrentados pelo marxismo na região, é interessante discutir contribuições que, embora não sejam teorizações, especificamente, sobre a questão nacional, fornecem uma base decisiva para o enquadramento do problema que aqui se propõe.

¹⁶ Rudolf Schlessinger. *La Internacional Comunista y el problema colonial*. México: Pasado y Presente, 1974, p. 35.

¹⁷ *Ibidem.*, pp. 43-53. O tema da aliança com a burguesia nacional nos países coloniais parece ter sido controverso. Veja-se, a esse respeito, a polêmica entre Lênin e o comunista indiano M. N. Roy, durante o II.º Congresso da Internacional Comunista, pp. 49-52.

Um conceito fundamental para o tratamento da questão nacional é o de “via prussiana”, desenvolvido por Lênin. Não se trata do Lênin que formulou a questão nacional em termos de “autodeterminação”, mas sim daquele que se debruçou sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Em seus estudos sobre o tema, o líder bolchevique comparou o equacionamento da questão agrária no Império Russo com aquele efetuado na Prússia: ou seja, manutenção do controle dos latifundiários sobre a terra e os camponeses, aliado a um processo de arranque industrial.¹⁸

Tal solução contrastaria fortemente com a empregada na Revolução Francesa e na Guerra Civil americana. Nos dois últimos casos, lembra Lênin, a antiga classe senhorial foi eliminada e a terra redistribuída, sendo essa a base do desenvolvimento capitalista. Assim, o autor russo aponta o problema da existência de diferentes “vias” para o capitalismo: de um lado, as “vias americanas”, calcadas na reforma agrária e na aliança entre burguesia e campesinato e, de outro, as “vias prussianas”, apoiadas na aliança entre a antiga classe latifundiária e a burguesia, excluindo o campesinato.

A teorização sobre as diferentes vias para o capitalismo foi, sem dúvida, uma importante inovação leninista que esteve na base de sua estratégia para a revolução na Rússia. Até então predominara no marxismo uma leitura evolucionista de uma sucessão universal de modos de produção, nessa chave, uma dada formação social teria de passar pelas mesmas etapas que as demais. Ironicamente, na III.ª Internacional esse raciocínio mecanicista será retomado a propósito dos países “coloniais e semicoloniais”, como se verá mais adiante.

Assim, ao analisar a Revolução Russa de 1905, Lênin afirma ser ela uma revolução burguesa no sentido de que suas tarefas históricas — liquidação do czarismo e da servidão — ampliariam as bases do capitalismo na Rússia. Todavia, segundo a formulação de Lênin, ao contrário do que pensavam os mencheviques (mais afeitos a um modelo evolucionista) a burguesia, dado a sua constituição à sombra do czarismo e seu medo da classe operária, preferiria chegar a um entendimento com o czar, a fim de realizar seus interesses, a aliar-se aos operários contra a monarquia.¹⁹

¹⁸ Vladimir Ilitch Lênin. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

¹⁹ *Idem.* *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*. In: *Idem. Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, vol. 1, p. 406.

Para o líder bolchevique, a aliança de classes que teria interesse objetivo e condições de levar a revolução democrática adiante seria aquela entre o proletariado e o campesinato, além de elementos da pequena burguesia.²⁰ A revolução democrática, levada adiante pelo bloco operário-camponês, prepararia as condições indispensáveis ao ulterior desdobramento socialista do processo revolucionário. Desse modo, o diagnóstico do tipo de desenvolvimento capitalista que teria ocorrido na Rússia levou Lênin a distinguir entre o caráter da revolução e as classes que poderiam realizá-la, rompendo com a perspectiva que deduzia os sujeitos dirigentes do processo revolucionário a partir dos objetivos históricos deste. Assim, de acordo com Lênin, embora a Revolução Russa fosse, por suas tarefas históricas, burguesa, isso não queria dizer que caberia à burguesia, como classe, a direção do processo revolucionário, como defendiam os mencheviques.

Se as análises de Lênin abriram a possibilidade de se considerar diversas formas de implantação do capitalismo em uma determinada formação social e, a partir daí, os diferentes processos políticos possíveis, ela não tocou no problema da nação. Como se viu na sessão anterior, a leitura leninista da questão nacional se centrou no problema da “autodeterminação” dos povos. Embora essa formulação tenha sido fundamental para o sucesso bolchevique no mundo colonial, como foi dito na introdução, ela pode limitar por demais a compreensão do problema.

Além do tratamento feito por Lênin do tema da “via prussiana”, há outra contribuição marxista decisiva para a discussão das diferentes formas de modernização e seus diversos resultados. Trata-se dos apontamentos presentes na obra — tanto pré-carcerária, quanto carcerária — do marxista italiano Antônio Gramsci. Após a geração do marxismo clássico, o tema da questão nacional e da nação entrou em declínio entre os teóricos do assim chamado “marxismo ocidental”. A notável exceção, nesse sentido, é justamente o pensamento gramsciano. Embora nunca tenha pretendido desenvolver uma teorização ou conceituação da questão nacional, o marxista italiano contribuiu para esse debate na medida em que procurou entender a formação histórica de seu país e os desafios que esta punha para uma estratégia revolucionária bem-sucedida na Itália.

²⁰ Lênin. *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*, cit., p. 410.

É por isso que, nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci dedicará um espaço significativo para o tema do Risorgimento. Nessas passagens, o autor aponta como a construção de um Estado e de uma Nação italianos foram bloqueados, tanto pela fragmentação da burguesia italiana nas Cidades-Estado, quanto pela Igreja Católica, a qual criou uma camada de intelectuais ligados, não a uma cultura italiana, mas sim ao universo cosmopolita europeu.²¹ Ou seja, elementos importantes do passado da península funcionaram como obstáculos à construção de uma identidade nacional.

Mais do que isso, o processo de unificação estatal da Itália não se deu como na França, por meio de uma ruptura revolucionária com esse passado. Essa ausência ocorreu porque o grupo dirigente do Risorgimento, a aristocracia conservadora do Reino do Piemonte, evitou tocar na questão agrária, único modo de mobilizar para a luta a massa camponesa que constituía a maioria da população. Daí o conceito de “revolução passiva” que Gramsci emprega para entender o processo de unificação da Itália.²²

O resultado desse processo, no qual faltaram os elementos democráticos e populares que marcaram a Revolução Francesa, foi a constituição de um Estado baseado na aliança entre a burguesia industrial do norte e os latifundiários do sul, que excluía a massa camponesa. De acordo com Gramsci, resultou desse bloco dirigente a chamada “questão meridional” — ou seja o atraso e pobreza do sul da Itália — que impedia a unidade nacional.²³

A análise gramsciana, sobre a formação social italiana, aborda a questão nacional justamente nos termos que interessam a essa pesquisa: trata-se de compreender um processo de construção nacional bloqueado e de colocar esse bloqueio como cerne de um programa revolucionário.

Nesse sentido, uma ação revolucionária, para ser bem-sucedida em formações sociais nas quais a construção da nação não se havia concluído, deveria basear-se na construção de uma “vontade coletiva nacional-popular”, isto é, mobilizar as massas populares dispersas em um movimento de reforma intelectual e moral da sociedade, criando, desse modo, um “povo-

²¹ Antônio Gramsci. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, volume V, Caderno 19, pp. 13-4.

²² *Ibidem*, pp. 65-85.

²³ *Ibidem*, pp. 87-98. Sobre o assunto, cf. também *Idem*. Notas sobre la cuestión meridional. In: *Idem*. *Escritos políticos*, cit.

-nação". Foi isso que os jacobinos foram capazes de fazer na Revolução Francesa, ao mobilizar a massa camponesa, criando, com isso, as bases do Estado moderno na França. Já na Itália, como se viu acima, a burguesia preferiu aliar-se à aristocracia rural em vez de criar uma vontade coletiva nacional-popular nos moldes jacobinos.²⁴

Para pensar uma abordagem gramsciana da questão nacional, faz-se necessário abordar outro par conceitual importante para Gramsci: o de "Ocidente/Oriente". No caso não se trata de conceitos propriamente geográficos, mas de duas formas históricas particulares de articulação entre o Estado, ou "sociedade política" na terminologia do marxista italiano, e a sociedade civil. No "Ocidente" o Estado nasceria de uma sociedade já consolidada e complexa. Essa relação de precedência do social moldaria a política, a qual seguiria as linhas dos conflitos e das instituições da sociedade civil. Já na situação oriental, uma sociedade civil débil e pouco diferenciada, seria dominada pelo Estado.

Esse predomínio do Estado, em contrapartida, representaria sua fraqueza, pois não teria anteparos ou "trincheiras" que o defendessem de um ataque frontal. Já no Ocidente, a tomada direta do poder (como os bolcheviques haviam feito na Rússia em outubro de 1917) seria obstada pela grossa malha representada pela sociedade civil e a dominação cultural que nela se exerce. Esses dois tipos de relação entre sociedade política e sociedade civil exigiriam, portanto, estratégias revolucionárias distintas. No caso das formações sociais de tipo "ocidental", em vez de se empregar a "guerra de movimento" — isto é, o assalto direto ao poder, adequado aos casos "orientais" — seria necessária uma "guerra de posição", ou seja, a luta prolongada, no âmbito da sociedade civil, pela constituição de uma nova hegemonia dos grupos subalternos que substituisse a das antigas classes dominantes.²⁵ Retornarei ao problema da distinção entre "Ocidente" e "Oriente", bem como a suas consequências teóricas e políticas, ainda neste capítulo e em outras oportunidades ao longo do trabalho.

Por hora, é importante enfatizar que conceitos como os de "revolução passiva", "vontade coletiva nacional-popular" e "Ocidente/Oriente", com os quais o revolucionário sardo trabalha, apontam para a necessidade de

²⁴ Idem. *Cadernos do cárcere*, cit., vol. III, Caderno 13, p. 18.

²⁵ Ibidem, pp. 71-2.

análises concretas de situações concretas que possibilitem a ação bem-sucedida na sociedade que se deseja transformar. Se não há uma tentativa por parte de Gramsci de formular um conceito de nação, esta não deixa de ter grande importância em seu pensamento. A nação, seguindo as sugestões gramscianas, não é algo dado, mas antes um processo cujos resultados emergem ou se decidem no âmbito das relações de forças na disputa pela hegemonia na sociedade civil e pelo poder de Estado: isto é, no plano da superestrutura.

O tipo de análise empreendida pelo autor dos *Cadernos do cárcere* o aproxima do esforço intelectual dos autores aqui investigados. Nem Caio Prado, nem Mariátegui estiveram interessados em uma conceituação da questão nacional, mas sim em entender quais os obstáculos históricos que impediam a integração nacional, nos moldes do processo revolucionário francês.

Não se está sugerindo nenhuma influência direta de Gramsci sobre os autores pesquisados. No caso de Caio Prado essa influência é claramente inexistente. Já no de Mariátegui, sabe-se que esteve presente ao Congresso de Livorno (1921), no qual os comunistas romperam com os socialistas italianos, além do fato de Mariátegui ter sido leitor atento de *L'Ordine Nuovo*, órgão de imprensa dirigido por Gramsci. Todavia, se o peruano conhecia o comunista italiano, é bom lembrar que aquilo que se entende por pensamento gramsciano ainda não existia, pois este foi organizado em uma obra póstuma. O que de fato aproxima Mariátegui de Gramsci é o fato de ambos compartilharem o mesmo contexto político-intelectual: o da Itália do início dos anos 20.²⁶ Assim, se não se encontra entre os objetivos deste estudo comparar Gramsci com o historiador brasileiro e o jornalista peruano, o pensamento de Gramsci possibilita uma ponte interpretativa que contribui para compará-los no que diz respeito ao enquadramento da questão nacional.

²⁶ Robert Paris. *La formación ideológica de José Carlos Mariátegui*. México: Pasado y Presente, 1980, p. 81. O autor enfatiza que o peruano assimilou o marxismo que se reinventava na Itália de então em diálogo com autores não marxistas como Benedetto Croce e Piero Gobetti. Portanto, pode-se dizer que Mariátegui e Gramsci compartilham um mesmo contexto intelectual, o que responde por suas semelhanças. Cf. José Aricó. Introducción. In: Idem (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Pasado y Presente, 1978, p. XLII.

Os conceitos de “revolução passiva” e de “via prussiana”, de Gramsci e Lênin, respectivamente, fornecem as bases para abordar as dificuldades do marxismo latino-americano com a questão nacional no subcontinente e o modo pelo qual Caio Prado e Mariátegui procuraram resolvê-las.

1.3. Desencontros entre o marxismo e a América Latina

Antes de tratar da relação problemática do marxismo com a realidade latino-americana é preciso, todavia, discutir um problema apontado acima: por que os enfoques sobre a questão nacional, produzidos na tradição do marxismo clássico e no âmbito da III.^a Internacional, não são adequados para a América Latina?

Em primeiro lugar, pelo simples fato de que — ao contrário dos povos da Europa Centro-Oriental entre o final do século XIX e início do XX — as nações latino-americanas já haviam se tornado independentes quase um século antes. Como aponta Benedict Anderson, o continente americano — tanto na América Anglo-Saxã, quanto na Ibérica — pode ser considerado o berço, tanto das nações em sentido moderno quanto dos nacionalismos. Daí o autor inglês falar em “pioneiros *criollos*”.²⁷

Em segundo lugar, e talvez mais importante, não houve, nos movimentos separatistas americanos entre o final do século XVII e o início do XIX, qualquer motivação calcada em diferenças étnico-linguísticas. Pelo contrário, a língua e a cultura eram justamente elementos que uniam os rebeldes às suas metrópoles. É interessante lembrar, como será desenvolvido no capítulo seguinte, que o temor de uma rebelião indígena levou a elite peruana a cerrar fileiras com a coroa, sendo a independência, em grande medida, uma imposição de Bolívar e San Martín.²⁸

Aqui está um ponto fundamental: as elites *criollas* que comandaram os processos de independência política em relação à monarquia espanhola estavam, social e culturalmente, mais próximas dos metropolitanos do que das massas (indígenas, negros e mestiços) que constituíam a maioria da população dos novos Estados. É justamente na integração da massa da população à vida social, econômica, cultural e política e não na libertação de

²⁷ Benedict Anderson. *Comunidades imaginadas*, cit., p. 79.

²⁸ *Ibidem*, p. 80.

um grupo cultural específico do domínio estrangeiro, que se deve buscar a questão nacional latino-americana. Assim, o modelo de nação mais adequado para a realidade latino-americana, pela análise até aqui empreendida, é o da Revolução Francesa. Entretanto, como Gramsci apontou para o caso italiano, nas sociedades latino-americanas também persistem obstáculos históricos para consolidação de nações, no sentido aqui empregado. Trata-se, no caso, de relações econômicas, sociais e políticas legadas pelo passado colonial.

Delineados os termos em que se põe a questão nacional na América Latina, cabe perguntar: por que a teorização marxista, de modo geral, não foi capaz de apreendê-los?

Faz-se necessário, portanto, voltar aos dilemas enfrentados pelo marxismo para interpretar a realidade do subcontinente. Na introdução fez-se referência à passagem, do argentino José Aricó, na qual o autor alude a um desencontro entre a teoria marxista e a realidade latino-americana. Procurando ir além do conhecido etnocentrismo de Marx e Engels para explicar as razões desse desencontro, o autor argentino atribui particular importância aos diferentes tipos de articulação entre Estado e sociedade civil que se deu na Europa Ocidental e a que se desenvolveu na América Latina. Se, no primeiro caso, o processo de formação do Estado repousaria numa sociedade civil forte e relativamente bem diferenciada, no segundo, o Estado preexiste e molda uma sociedade frágil e pouco diferenciada internamente.²⁹

Aqui, o autor claramente retoma o par conceitual, discutido na sessão anterior, de “Ocidente/Oriente”. Ao contrário do que a passagem acima pode sugerir, não creio que seria correto identificar a América Latina como sendo propriamente “oriental”. Afinal, ainda no século XIX alguns dos novos Estados latino-americanos já contavam, mesmo que de modo embrionário, com elementos de uma sociedade civil, como partidos e parlamentos. Seguindo a sugestão de Portantiero, as formações sociais da região seriam exemplos de um “Ocidente periférico”, ou, segundo a formulação de Coutinho, “casos intermediários” entre os dois polos.³⁰

²⁹ José Aricó. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

³⁰ Juan Carlos Portantiero. Los usos de Gramsci. In: Antonio Gramsci. *Escritos políticos*. Prefácio e organização de Jan Carlos Portantiero. México: Pasado y Presente, 1978 e Carlos Nelson Coutinho. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: Carlos Nelson Coutinho & Marco Aurélio Nogueira (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 120-1.

Teria sido justamente essa ambiguidade que o marxismo clássico teve dificuldade de captar. Marx, em reação a Hegel, para o qual o Estado seria a realização da razão universal, pressupunha o caráter determinante da sociedade civil em relação ao Estado. Nesse sentido é ilustrativo o modo pelo qual Marx via como anômalo o crescimento do poder estatal francês, adjetivando-o como: “[. . .] esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros [. . .]”.³¹ Esse pressuposto dificultou a compreensão do modo pelo qual, na América Latina, os Estados atuaram na constituição de sociedades civis pouco articuladas.³²

Tal concepção societária da política teria sido legada, entre o final do século XIX e inícios do XX, às primeiras experiências socialistas de inspiração marxista na região: seja na vertente reformista, do socialismo argentino de Juan B. Justo, seja na mais radical, do chileno Luis Emilio Recabarren.³³ Afora essas experiências históricas, a trajetória do marxismo e do socialismo na região praticamente se confunde com a do movimento comunista. O comunismo latino-americano manteve a concepção societária da política e a reforçou com sua fidelidade aos esquemas interpretativos e linhas políticas do *Comintern*. Assim, os PCs — com exceções como é o caso do Chile — tiveram grandes dificuldades de se implantar solidamente nas massas trabalhadoras, as quais irão identificar-se muito mais com outro tipo de ator político: os movimentos populistas.

Os diversos populismos que marcaram a história latino-americana ao longo do século XX souberam, muito mais do que o socialismo de inspiração marxista, compreender o tipo de relação que as massas populares estabeleciam com o Estado por meio da figura do caudilho personalista.

³¹ Karl Marx. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Avante!, 1984. Disponível em <www.marxists.org/português/marx/engels>.

³² José Aricó. *Marx e a América Latina*, cit. Para ilustrar a incompreensão do fundador do materialismo histórico em relação à política latino-americana, o autor argentino transcreve um verbete que Marx escreveu sobre Bolívar para uma enciclopédia, no qual o revolucionário venezuelano é retratado de modo pejorativo e caricatural. Cf. Karl Marx. Bolívar y Ponte. In: José Aricó. *Marx e a América Latina*, cit., “apêndice”.

³³ Juan Carlos Portantiero. O “nacional-popular”: Gramsci em chave latino-americana. In: Carlos Nelson Coutinho & Marco Aurélio Nogueira (org.). *Gramsci e a América Latina*, cit., pp. 53-6.

Mais do que isso, conseguiram, nas palavras de Portantiero: “[. . .] fundir demandas de classe, demandas de nação e demandas de cidadania num único movimento que recolhia a visão paternalista e caudilhistas da concepção tradicional da política”.³⁴ Retomarei essa relação entre populismo e marxismo ao final do último capítulo e na conclusão.

Desse modo, ao não compreender os obstáculos históricos à formação das nações latino-americanas, o marxismo ortodoxo não pôde formular a questão nacional em termos adequados ao subcontinente. Como se viu acima, a questão nacional latino-americana não se centraria na “autodeterminação”, isto é, na emancipação política de determinados grupos etnolinguísticos — como teria sido o caso na Europa Centro-Oriental ou nas ex-colônias europeias da Ásia ou da África —, mas sim na integração das massas populares à vida socioeconômica e política de Estados-nacionais constituídos, sem o que não poderia haver nação moderna. Tal objetivo esbarrou em dois obstáculos: primeiro, em um Estado oligárquico e em relações sociais legadas pelo passado colonial, e, segundo, na inserção subalterna das economias latino-americanas no interior do capitalismo mundial. Enfim, trata-se da “condição periférica” ou do “subdesenvolvimento”, categorias que iriam marcar o pensamento latino-americano a partir da crise de 1929 e do segundo pós-guerra.

A questão nacional na América Latina se confundiria, portanto, com o tipo de via para o capitalismo seguida pelos países da região e os resultados econômicos, sociais e políticos daí resultantes. Após os debates entre cepalinos e dependentistas — nos anos 60 — e aqueles em torno da marginalidade ou do autoritarismo — anos 70 e 80 — fortaleceu-se, dentro e fora do marxismo, a percepção de que a permanência da concentração fundiária e da riqueza, de formas predatórias de exploração do trabalho, da dependência externa e de Estados autoritários, obstavam a consolidação de sociedades integradas e de uma cidadania plena, bases fundamentais de uma nação.

O desafio teórico estaria na seguinte perspectiva: aliar uma compreensão mais abrangente da questão nacional, do que a do marxismo clássico, a uma interpretação das especificidades das formações sociais do

³⁴ *Ibidem*, p. 58.

subcontinente, o que exigiria o afastamento em relação aos esquemas teóricos decalcados do processo histórico europeu ou mesmo de outras regiões periféricas, como a China, por exemplo. Como se procurará demonstrar ao longo deste trabalho, as obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui procuraram justamente responder a esse desafio, ambos reelaboraram a questão nacional a partir de um estudo das formas específicas do desenvolvimento capitalista em seus países. Isso não apenas os torna pontos de referência obrigatórios na análise da relação entre o marxismo e a América Latina, como permite comparar seus respectivos esforços intelectuais.

Capítulo 2

Os contextos nacionais e as trajetórias intelectuais

O presente capítulo tratará da inserção histórica mais geral da trajetória e do pensamento dos autores aqui pesquisados: isto é, da reconstrução dos contextos políticos e intelectuais de seus países. Há, contudo, desequilíbrios necessários no tratamento dispensado ao Brasil e ao Peru. Dado que no Brasil se tem uma menor familiaridade com o contexto histórico e intelectual peruano, o espaço a ele dedicado será, proporcionalmente, maior do que aquele dispensado ao brasileiro. Reconstruídos os contextos políticos e intelectuais do Brasil e do Peru, será feito um breve contraste entre ambos para ressaltar as peculiaridades de cada um. Por fim, a última sessão será dedicada à comparação das trajetórias individuais de Caio Prado e Mariátegui.

2.1. Caio Prado e o momento nacionalista brasileiro

Na Introdução, afirmou-se que a obra de Caio Prado Jr. se desenvolve, em sua quase totalidade, no período que vai, *grosso modo*, de 1930 a 1964 ou, para fornecer marcos mais exatos, de 1933 (data da publicação de *Evolução política do Brasil*) a 1966 (quando veio a público *A revolução brasileira*). Assim, os pontos de referência que demarcam o contexto histórico do autor são, respectivamente, a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964. As duas obras, aliás, são profundamente instruídas — ainda que de modo muito diverso — pelos dois acontecimentos. A primeira, por sua ambição explícita de interpretar a história nacional por novos prismas teóricos, reflete, mesmo que de modo indireto, o clima de renovação que se